

# COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 990, DE 2022

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o atendimento domiciliar por cuidadores de idosos e sobre a capacitação de cuidadores de idosos.

**Autor:** SENADO FEDERAL – Senador  
RENAN CALHEIROS

**Relatora:** Deputada Federal LAURA  
CARNEIRO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 990, de 2025, oriundo do Senado Federal, de autoria do Senador Renan Calheiros (MDB-AL), pretende alterar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para assegurar o atendimento domiciliar por cuidadores de pessoas idosas e dispor sobre a capacitação desses profissionais.

A proposição busca, ainda, integrar o cuidado domiciliar às políticas públicas de saúde e assistência social, ao estabelecer a atuação dos cuidadores como parte do conjunto de procedimentos voltados ao cuidado integral dos pacientes em domicílio e ao assegurar o atendimento prioritário às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade.

A matéria foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; de Saúde; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação (art. 54 do Regimento



Interno da Câmara dos Deputados – RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

Na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em 5 de setembro de 2023, foi apresentado o Parecer da Relatora, Deputada Rogéria Santos (REPUBLICANOS-BA), pela aprovação, com duas Emendas e, em 10 de outubro de 2023, aprovado o Parecer.

Na Comissão de Saúde, em 9 de julho de 2025, foi apresentado o Parecer com Complementação de Voto da Relatora Deputada Rogéria Santos, pela aprovação deste e das Emendas nº 1 e nº 2, adotadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, na forma de Substitutivo e, no mesmo dia, aprovado o Parecer.

A Emenda nº 1 altera a Ementa do Projeto, para substituir o termo “idosos” por “pessoa idosa”.

A Emenda nº 2 substitui, em todo o Projeto, as expressões “de Idoso”, “de idosos” e “ao idoso” pelas expressões “de pessoa idosa”, “de pessoas idosas” e “a pessoa idosa”, respectivamente.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é de prioridade, conforme art. 24, inciso II, e art. 151, inciso II, ambos do RICD.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 990, de 2022, tem por finalidade alterar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, de modo a dispor sobre o atendimento domiciliar por cuidadores de pessoas idosas e sobre a capacitação desses profissionais.

O Brasil vive um processo acelerado de envelhecimento populacional, que impõe ao Estado e à sociedade a necessidade de ampliar políticas públicas voltadas à proteção, ao cuidado e à garantia de direitos das pessoas idosas. Nesse contexto, o atendimento domiciliar surge como



alternativa complementar às internações hospitalares, reduzindo custos do sistema de saúde, promovendo maior conforto aos pacientes e fortalecendo o convívio familiar. Para que essa modalidade seja eficaz, é preciso reconhecer e valorizar o papel dos cuidadores, tanto familiares quanto profissionais, os quais necessitam de capacitação adequada e de respaldo legal para o desempenho de suas atribuições.

A proposição é, portanto, oportuna e meritória, pois trata de matéria que busca fortalecer a rede de cuidados às pessoas idosas, especialmente no âmbito domiciliar, a partir do reconhecimento do papel dos cuidadores para a promoção do envelhecimento digno e com qualidade de vida. Além disso, ao prever a capacitação desses profissionais, contribui para a qualificação dos serviços prestados, reduz riscos, amplia a segurança dos atendimentos e promove maior eficiência nas ações de saúde e assistência social.

Entretanto, consideramos oportuno propor um Substitutivo, a fim de aperfeiçoar o texto. Ressalte-se, desde logo, que as alterações sugeridas não descaracterizam o Projeto original, tampouco os avanços introduzidos nas etapas anteriores de apreciação. Ao contrário, têm por objetivo apenas aprimorar a técnica legislativa e adequar a redação às normas mais recentes, em benefício da precisão e da harmonia normativa.

O primeiro ajuste consiste na uniformização da nomenclatura empregada em todo o texto, de modo a adotar a expressão “pessoas idosas”, em conformidade com a terminologia consagrada pelo Estatuto da Pessoa Idosa, após a Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, e demais diplomas correlatos. Simultaneamente, adequamos a redação do § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 1990, a fim de assegurar o paralelismo sintático na enumeração dos procedimentos contemplados na modalidade de atendimento e internação domiciliares.

Ademais, além de adequar a redação, acrescentamos a expressão “pessoas idosas carentes”, no § 3º do art. 23 da Lei nº 8.742, de 1993, ao dispor que o atendimento domiciliar priorize, no campo da assistência social, as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, de modo a alinhar a



proposição ao escopo da própria Lei Orgânica da Assistência Social, especialmente ao disposto no inciso III do § 2º do art. 23, recentemente introduzido pela Lei nº 14.878, de 4 de junho de 2024, posterior à data de apresentação da proposição. Por fim, ajustamos o final da redação da cláusula de vigência, sem alterar o prazo estipulado de 90 (noventa) dias para a entrada em vigor.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 990, de 2022, e das Emendas nº 1 e nº 2, adotadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, (CIDOSO) na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 29 de agosto de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2025-13447



**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 990, DE 2022**

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o atendimento domiciliar por cuidadores de pessoas idosas e sobre a capacitação de cuidadores de pessoas idosas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o atendimento domiciliar por cuidadores de pessoas idosas e sobre a capacitação desses profissionais.

Art. 2º O art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.19-I.....

§ 1º Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos, de assistência social, e os realizados por cuidadores de pessoas idosas, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.

.....

§ 4º O poder público fortalecerá e incentivará ações de capacitação de cuidadores de pessoas idosas, inclusive para o atendimento domiciliar a famílias de baixa renda.” (NR)

Art. 3º O art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art.23.....

.....



§ 3º É assegurado às pessoas idosas carentes o atendimento domiciliar por cuidadores de pessoas idosas ou profissional integrante de equipe de saúde da família, nos termos do § 1º deste artigo.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 29 de agosto de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2025-13447

